

COMUNIDADES
ROMA/CIGANAS
(PENSAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS)

Título:
COMUNIDADES ROMA/CIGANAS
(CADERNOS TEMÁTICOS | PENSAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS)

Autores:
Ana Rita Alves (Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra) e
Bruno Gonçalves (Associação Ribalta Ambição)

Capa:
PPCR - Comunicação, Lda.

Composição e paginação:
Animar

Edição:
Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Impressão e acabamento:
CMVA Print

Setembro de 2020

ANA RITA ALVES
BRUNO GONÇALVES

COMUNIDADES
ROMA/CIGANAS
(PENSAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS)

ANIMAR
LISBOA | SETEMBRO 2020

CADERNO TEMÁTICO DE PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Entender as diversas situações de precariedade em que vivem, atualmente, muitas pessoas ROMA/ciganas é possível se, e somente, nos propusermos a um exercício de memória. Tal, obriga, desde logo, a indagar as consequências de séculos de escravização (na Moldávia e na Valáquia), genocídio (durante a Gran Redada, em Espanha, 1749, ou o Porajmos na Alemanha, 1935-45) e quadros legais de exceção racial, uma vez que estes processos são paradigmáticos de como, no espaço europeu, o extermínio físico e cultural das populações ROMA/ciganas foi promovido pelas instituições.² Em seguida, é fundamental perceber como a monitorização, gestão e punição reiteradas dos corpos, individual e coletivamente, contribuiu para a

-
- 1) Este caderno surge no âmbito do projeto “Animar - Capacitar para Agir em Rede II”, especificamente no quadro do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Ciganas com enfoque na educação. Este grupo, alargado a entidades associadas da Animar e outros organismos com intervenção nesta área, visa promover a discussão e reflexão sobre estas comunidades, perspetivando o desenvolvimento de iniciativas e produtos que potenciem o conhecimento e estimulem boas práticas.
 - 2) AUZIAS, Claire (2001). *Os Ciganos ou o Destino Selvagem dos Roms do Leste* (2007), “Que futuro para os Portuguese Ciganos?”, in Mirna Montenegro (ed.), *Ciganos e Cidadanias*, Lisboa: cadernos ICE, nº 9.

desumanização das pessoas ROMA/ciganas. A criação de um imaginário de antagonismo, poluição e perigo serviu às instituições para justificar e branquear violência, culpabilizando as vítimas e, simultaneamente, transformando-as no problema – criando-se a ideia de que há um *problema cigano*³ que urge resolver e silenciando o racismo estrutural e a pobreza enfrentados pelas pessoas ROMA/ciganas. Com o tempo, e sob chancela institucional, o anticiganismo hegemoneizou-se no discurso e prática públicas, expresso de forma cotidiana.

Sabe-se, hoje, que a criação da Europa como espaço geopolítico e identitário só foi possível devido ao estabelecimento de uma relação dialética e hierárquica com a alteridade, ou seja, com as pessoas constituídas politicamente como ‘outro’, leia-se ‘não-europeu’. Assim, a Europa, tantas vezes sinónimo de progresso, emancipação e tolerância só existe como tal, através da ocultação da violência – colonial, racial, de género e classe – que possibilitou a sua existência.⁴ É neste contexto que o anticiganismo e a sua obliteração foram essenciais para consolidar a ideia de europa, narrada como moderna e civilizada, em oposição às formas ciganas de ver, refletir e agir sobre o mundo, definidas reiteradamente como não-modernas. Aliás, destas, note-se como a branquitude tem vindo a selecionar,

3) FEJZULA, Sebijan (2019). “The Anti-Roma Europe: Modern ways of disciplining the Roma body in urban spaces”, *Direito e Práxis*, Dossiê “Repensar a legislação e as políticas públicas desde o antirracismo em contextos europeus e latino-americanos”, 10, 3, 2097-2116.

4) DUSSEL, Enrique (1993). “Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures)”, Vol. 20: 3, *The Postmodernism Debate in Latin America*, pp. 65-76.

cuidadosamente, aquelas que podem integrar o repertório da interculturalidade ou, pelo contrário, as que a este não servem. Esta seleção atenta, que pretende, em primeira instância, definir exogenamente, a partir da branquitude, o que é e o que deve ser *ser cigano*, serve de base a um conjunto de discursos e políticas públicas que têm tido como principal objetivo integrar, assimilando, as populações ROMA/ciganas.⁵

Embora as políticas integracionistas vaticinem a plena inclusão de populações minoritárias no tecido nacional,⁶ estas contribuem, de facto, para delinear permanentemente *aritméticas raciais* hierarquizadas entre ROMA/ciganos e não-ROMA/ciganos.⁷ O projeto integracionista implica, em primeiro lugar, que há um modelo de sociedade (branco e eurocêntrico) entendido como neutro/padrão, ao qual as pessoas ciganas devem obrigatoriamente ajustar-se, abdicando, se necessário, de uma parte de si. E, em segundo, que caso não estejam dispostas ou

5) FERNÁNDEZ, Cayetano (2019). “La memoria colectiva romaní y los límites epistemológicos de la historiografía occidental”, in Bruno Sena y Boaventura de Sousa Santos (org.), *El pluriverso de los derechos humanos: la diversidad de las luchas por la dignidad*. Akal, pp. 447-462.

6) Deve entender-se aqui minoria como um grupo com menos poder e não literalmente com pessoas pessoas na senda de ASAD, Talal (2005). “Muslims and European Identity. Can Europe Represent Islam?” in E. Hallam & B. Sweet (eds.), *Cultural Encounters: Representing “Otherness”*. London/ New York: Routledge, pp. 11-27.

7) MAESO, Silvia R.; ARAÚJO, Marta; GUIOT, Olivier (2010). “(Anti)racism in the Portuguese policies and institutions: ‘integration’ and ‘accountability’ of immigrants/minorities as a solution”, Coimbra: Centro de Estudos Sociais e MAESO, Silvia R.; ARAÚJO, Marta (2017). “The (im)plausibility of racism in Europe: policy frameworks on discrimination and integration”, *Patterns of Prejudice*, 51, 1, 26-50.

não tenham condições para o fazer estarão, decerto, votadas à marginalização. Há ainda uma terceira via, caso seja possível, que é a possibilidade de ocultar a pertença étnico-racial em determinados espaços, como no mercado de trabalho, implicando viver na clandestinidade étnica, para garantir a sobrevivência. Colocando a branquitude como horizonte da humanidade, a conceção de integração reifica a desumanização das pessoas ROMA/ciganas, concorrendo para a ideia de que estas não são sujeitos políticos de pleno direito, devendo, por isso mesmo, ser os estados-nação a tutelá-las, alienando-os da esfera de ação e decisão políticas sobre o rumo das suas vidas – e, como tal, prevenindo a sua plena emancipação coletiva.

A partir da década de 90, começa a elaborar-se, mesmo que de forma avulsa, um conjunto de políticas públicas, sob chancela europeia, destinadas à promoção da integração das comunidades ciganas, das quais são exemplos paradigmáticos a Convenção Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais (1995) ou as Estratégias Nacionais para Integração das Comunidades Ciganas (2011). Em Portugal, onde as populações ciganas não gozam de qualquer estatuto formal enquanto minoria étnica, são também os anos 90 que marcam o início da produção de um conjunto de relatórios, estudos e diagnósticos. Sublinhe-se a criação do Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos (1996), a redação do dossier sobre as Minorias Étnicas (1997)⁸ e, posteriormente, a elaboração do *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural* (2008) ou o

8) A cargo do antropólogo José Gabriel Pereira Bastos.

Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (2014).⁹ É também por esta altura que se inicia uma longa genealogia de trabalhos académicos, essencialmente etnográficos, que procuraram conhecer a realidade das comunidades ciganas em Portugal.¹⁰

-
- 9) MENDES, Maria; MAGANO, Olga; CANDEIAS, Pedro (2014), elaborado no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), promulgada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 27 de março.
- 10) COELHO, Adolfo (1995). *Os Ciganos em Portugal. Com um Estudo sobre o Calão*. Lisboa: Edições Dom Quixote; NUNES, Olímpio (1996). *O Povo Cigano*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa; MONTENEGRO, Mirna (org.) (1999). *Ciganos e educação*. Setúbal: Instituto de Comunidades Educativas; CASTRO, Alexandra (2004). “Ciganos e itinerância - realidades concelhias e formas de hospitalidade”, *Cidades, Comunidades e Territórios* 9: 55-70; MENDES, Maria (2005). *Nós, os ciganos e os outros. Etnicidade e exclusão social*. Lisboa: Livros Horizonte; BLANES, Ruy (2006). *Aleluia. Música e identidade num movimento Evangélico cigano na Península Ibérica*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais; BASTOS, José; CORREIA, André e Rodrigues, ELISABETE (2007). *Sintrensens ciganos. Uma abordagem estrutural-dinâmica*. Lisboa: Câmara Municipal de Sintra e ACIDI; SEABRA, Daniel L. (2008). *Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; CASA-NOVA, Maria (2009). *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*. Lisboa: ACIDI; SOUSA, Carlos (2010). *Relações interculturais, dinâmicas sociais e estratégias identitárias de uma família cigana portuguesa 1827-1959*. Lisboa: Universidade Aberta/DCSG, Tese de doutoramento em sociologia; RODRIGUES, Donizete (2013). “Etnicidade cigana e religião: a Igreja Evangélica de Filadélfia de Portugal”, in Manuela Mendes e Olga Magano, *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 93-109; MAGANO, Olga (2014). *Tracejar vidas “normais”*. Estudo qualitativo sobre a integração dos ciganos em Portugal. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

De assinalar ainda a criação de estruturas especificamente direcionadas às comunidades ciganas, tais como o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (2007), o Observatório das Comunidades Ciganas (2013) e o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (2013), hoje Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (2018), todos tutelados pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), uma instituição na dependência direta do Conselho de Ministros, criada em 1995, como Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas (ACIME) e que tinha como objectivo primordial “promover a integração dos imigrantes e das minorias étnicas na sociedade portuguesa”.¹¹

Nos últimos anos, a eclosão e maior expressividade de um movimento associativo cigano cada vez mais plural, ainda, em muito, ligado às estruturas do estado, tem vindo a pressionar as instituições a olhar para as comunidades ROMA/ciganas de uma outra forma, integrando algumas das suas demandas, mesmo que timidamente, nas linhas da política pública. São disso mesmo exemplo dois programas de ação afirmativa no âmbito educativo: o OPRE - Programa Operacional Para a Promoção da Educação (2016), desenvolvido em parceria entre o Programa Escolhas e a Associação Letras Nómadas, e que disponibiliza anualmente bolsas, formação e tutoria para estimular a presença de jovens ROMA/ciganas no ensino superior; e o ROMA Educa que atribui bolsas de estudo para o apoio à frequência e permanência no ensino secundário a estudantes ROMA/ciganos. Apesar de não existir uma recolha sistema-

11) Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 fevereiro, Diário da República n.º 25/2005, Série I-A de 2005-02-04.

tizada de dados étnico-raciais em Portugal – pese embora a pressão do movimento negro e antirracista para que tal aconteça –, estes programas são paradigmáticos da necessidade de uma resposta estrutural às desigualdades no acesso à educação. Não obstante, não existem políticas de ação afirmativa noutros setores, tais como o emprego, a saúde ou a habitação. É de sublinhar o FAPE - Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2015) que tem como objetivo financiar projetos de combate à discriminação das comunidades ciganas e de apoio à sua integração e ainda o recente PAAC - Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (2017) que visa impulsionar a mobilização e envolvimento ativo da sociedade civil cigana, através do financiamento de associações ciganas, de acordo com as metas definidas pela ENICC.

Não obstante, face à situação de pobreza e vulnerabilidade extremas enfrentada pelas comunidades ROMA/ciganas em Portugal, as políticas públicas dirigidas especificamente às populações ciganas são diminutas ou praticamente inexistentes. Num país que nega ativamente o racismo institucional, o discurso universalista é dominante e está, por isso mesmo, presente na elaboração das políticas e programas públicos – que reclamam dirigir-se a todas as pessoas por igual, perpetuando, muitas vezes, a exclusão das populações mais carenciadas e fomentando a competição entre as mesmas. Por último, e tendo em conta o histórico de perseguição institucional às populações ROMA/ciganas, é necessário indagar de que forma estas políticas têm sido instrumentos de monitorização e gestão das comunidades, que respondem, muitas vezes, mais aos anseios e interesses das instituições do que aos problemas reais que enfrentam diariamente os ROMA/ciganos.

Neste sentido, uma discussão sobre a promoção de políticas públicas dirigidas às populações ROMA/ciganas deve obrigatoriamente contemplar discussões sobre conceitos como ‘integração’, ‘meritocracia’, ‘individualismo’, ‘racismo institucional’ e ‘(reprodução da) branquitude’. Além do mais, estas políticas públicas devem ser enquadradas numa política antirracista e estrutural, pensada e avançada por coletivos ROMA/ciganos, com âmbito, ambição e historicamente contextualizadas e, como tal, indemnizatória. Para que tal aconteça é necessária a recolha e o tratamento sistematizado de dados étnico-raciais, por forma a medir as desigualdades e poder então agir sobre elas – estas seriam as medidas transitórias, de urgência. No horizonte, estará sempre a autodeterminação política das pessoas e coletivos ROMA/ciganos, em aliança com outros grupos de pessoas racializadas, uma vez que a partilha de um mesmo futuro político impele a partilha de um projeto político conjunto, que permita uma nova justiça racial e económica – estas seriam as medidas de rutura, a ser construídas para lá da política pública, no tempo longo.

Entendendo a política pública como um instrumento transitório e de urgência, este caderno tem como principal objetivo avançar um conjunto de propostas de política pública nas áreas da habitação, educação, saúde, emprego e formação. Nesse sentido, jamais poderíamos fazê-lo sozinhos e por isso a análise, reflexão e propostas que dão corpo ao texto desde o seu início são uma composição de muitas outras vozes ativistas e militantes, maioritariamente Roma/ciganos, compiladas através de um conjunto de cinco conversas com Cayetano Fernandez (Kale Amenge), Luís Romão (Sílabo Dinâmica), Mamadou Ba (SOS Racismo), Maria Gil (Ativista Feminista Cigana),

Oswaldo Grilo (Associação Cigana de Coimbra), Oswaldo Russo (Mediador), Piménio Teles (Iniciativa Cigana), Samuel Gonçalves (Mediador), Sebijan Fejzula (Kale Amenge), Sérgio Aires (Sociólogo) e Susana Silveira (Costume Colossal). Estas sessões foram fundamentais para mapear problemas e imaginar ações imediatas e urgentes, dando espaço ao pensamento crítico e coletivo. Acima de tudo, almeja-se que as mesmas possam contribuir para estimular o pensamento crítico sobre o (anti-)racismo em Portugal e melhorar as condições de acesso das pessoas ROMA/ciganas à habitação, educação, saúde, emprego e formação.

Sabendo que todos estes setores se relacionam, a separação entre eles é meramente artificial e estratégica, para podermos pensar de forma mais direcionada medidas em cada uma das diferentes áreas. No entanto, sabemos que quem mora numa habitação precária ou em situação de acampamento cedo tem problemas respiratórios, cedo chega à escola a cheirar a fumo do lume que lhe aqueceu a água para que pudesse tomar banho. Essa escola onde os/as colegas se afastam dele/a, onde os manuais não o/a representam, que lhe envia trabalhos de casa que ficam por fazer quando já não há luz no acampamento, no inverno. Esse acampamento onde os pais e as mães não arranjam emprego por serem ciganos, mesmo que possuam todos os requisitos e onde os avós e as avós, por tudo isto, partem mais cedo que os outros, enquanto a sociedade maioritária se isenta de qualquer responsabilidade e repete, *ad nauseam*, que 'os ciganos não se integram, porque não se querem integrar'.

HABITAÇÃO

Um estudo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) sobre as Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal concluiu que num universo total de 9.418 famílias ciganas em Portugal, cerca de um terço reside em alojamentos do tipo não clássico e aproximadamente metade em habitação pública.¹² Embora se estime que estes números sejam um retrato incompleto da situação habitacional das pessoas ciganas no país, é verdade que permitem, pela primeira vez, quantificar o universo de precariedade habitacional em que vivem muitas famílias, mostrando que, na sua quase totalidade, não podem escolher onde moram.¹³ A precariedade, amplamente denunciada em relatórios de agências de monitorização internacionais ao longo das últimas décadas,¹⁴

12) Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2015), *Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2015b.

13) ALVES, Ana Rita (2019). “Para eles, nós não somos humanos!': habitação, território e a monitorização de violências racializadas em Portugal”, *Direito e Praxis*, 10, 3, 2068-2096.

14) EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND INTOLERANCE (ECRI) (1998), *Perspectiva país por país: Relatório sobre Portugal*, junho. Estrasburgo: Conselho da Europa; EUROPEAN MONITORING CENTRE ON RACISM AND XENOPHOBIA (EUMC) (2005). *Migrants, Minorities and Housing: Exclusion, Discrimination and Anti-Discrimination in 15 Member States of the European Union*, European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia, dezembro; EUROPEAN MONITORING CENTRE ON RACISM AND XENOPHOBIA (EUMC) (2009). *Thematic Housing, Conditions of Roma and Travellers*, Portugal RAXEN National Focal Point, Númena - Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas, março.

materializa-se em aglomerados de barracas, *roulottes* ou casas autoconstruídas um pouco por todo o território de Bragança (Bairro dos Formarigos) a Faro (Cerro do Bruxo); assim como num conjunto de bairros de habitação pública segregados da malha urbana de Viseu (Bairro da Paradinha) a Moura (Edifícios Girassol), passando por Pombal (Margens do Arunca) ou Leiria (Bairro da Integração); ou, ainda, em pequenos bairros de contentores (Aldeia do Sanacai, Albufeira) ou prisões desativadas (Torre de Moncorvo, Bragança).

Estes processos espelham os processos de gentrificação urbana que, há cerca de 30/35 anos, se iniciaram nas maiores cidades do país e que se pautaram pela expulsão das pessoas pobres e ROMA/ciganas do centro, como aconteceu no Porto ou em Viana do Castelo; e a dificuldade em aceder à habitação e à cidade – ora devido a processos de perseguição e expulsão (que resultam no nomadismo forçado das pessoas ROMA/ciganas), ora através da racialização da pobreza que não lhes permitiu aceder ao arrendamento ou à compra de casa no mercado privado, ora através do realojamento em bairros de habitação pública.

O realojamento contribuiu, em muitos casos, para a segregação espacial e social das populações ROMA/ciganas em bairros públicos, cedo degradados e abandonados pelas instituições, sem equipamentos e transportes adequados e, muitas vezes habitados exclusivamente por pessoas ciganas, materializando processos de segregação racial. Vive-se, muitas vezes, em sobrelocação, já que: i) os processos históricos de marginalização continuam a impedir as pessoas ROMA/ciganas de aceder à habitação; ii) em muitos casos as câmaras municipais não fazem desdobramentos familiares – fazendo com que con-

vivam, na mesma casa, diversas gerações, sem direito à sua privacidade e independência.

Tudo isto se agrava num país onde o acesso à habitação pública é extremamente marginal devido ao reduzido parque público de habitação (2%), mas também onde o racismo institucional empurra as pessoas ciganas para o fundo das listas dos programas e concursos municipais de habitação. A necessidade de comprovar anualmente o *grau* de pobreza em que se vive, em conjunto com o excesso de burocracia que acarretam os concursos, bem como a sua informatização, não tendo em conta a literacia informática ou o acesso à internet por parte dos candidatos e a dificuldade acrescida/exclusão de famílias que beneficia do RSI dificultam ainda mais o acesso.

A segregação impossibilita a mobilidade económica, social. As (im)possibilidades de escolher livremente escolas é um exemplo paradigmático da relação entre território e instituições públicas. O território pode ser também sinónimo de estigma quando se procura trabalho, dado que muitos bairros passam a ser denominados enquanto “bairro dos ciganos”, por exemplo. Por último, é importante sublinhar que a qualidade da habitação é determinante na saúde das pessoas, como recentemente revelado pela COVID-19.

Considerando a situação de não-acesso à habitação condigna, propõe-se um conjunto de **propostas de ação**:

1. Num contexto em que as comunidades ROMA/ciganas estão hiper-representadas nos espaços de precariedade habitacional e perante a dificuldade em aceder à habitação pública e ao mercado privado, deveriam existir **cotas étnico-raciais** no acesso à habitação;

2. Criação de bolsas de habitação pública disponível em prédios públicos e privados para arrendamento em cada quarteirão, através de incentivos fiscais, expropriação, compra e reabilitação de casas nos centros das cidades e vilas;
3. Realojamento das populações em articulação estreita com famílias e comunidades a realojar já que cada pessoa, família e comunidade é um caso. Como tal, não se podem essencializar vontades; é necessário perceber como agir caso a caso. Para tal, propõe-se a realização de audições com as famílias e com as comunidades, transparência e participação durante todo o processo de realojamento, designadamente através da criação de um pequeno grupo/comissão designada pelos moradores;
4. Melhoria das condições estruturais, equipamentos, transportes e acesso aos bairros de habitação pública por forma a que estes sejam progressivamente integrados na malha urbana; em casos em que tal não seja possível, e se as famílias assim o desejarem, realojamento em outros locais;
5. Realização de desdobramentos familiares em famílias realojadas; estes desdobramentos devem respeitar a intimidade, privacidade e vontade de cada família; estes desdobramentos devem também respeitar especificidades da cultura cigana, tal como a questão dos contrários, ou seja, de famílias ciganas desavindas, para evitar conflitos;
6. Final da perseguição, expulsão e das demolições sem alternativa definitiva e condigna, acordada previamente com as famílias;
7. Promoção do acesso a bens essenciais em todos os acampamentos e territórios auto construídos, tal como água e

- luz – de acordo com o Projeto de Resolução nº 950/XIII-2.^a da Assembleia da República;
8. Promoção do cooperativismo de promoção pública, que facilitassem a aquisição de casa;
 9. Desburocratização e facilitar o acesso à informação e aos concursos públicos nacionais de habitação promovidos pelo IHRU, através criação gabinetes locais que ajudem a descodificar e que diminuam as burocracias ou da criação de plataformas digitais de utilização fácil e intuitiva.

EDUCAÇÃO

É comum que se interrogue o *afastamento* das crianças e jovens ROMA/ciganos do sistema de ensino, considerando as taxas elevadas de insucesso, absentismo e abandono escolar. Tal, é, por norma, atribuído à cultura e tradições ciganas, impedindo uma reflexão mais aprofundada que pode ajudar a melhor entender este *afastamento* histórico que se relaciona com o nomadismo (forçado) imposto às populações ciganas, as oportunidades e os nichos de trabalho e a própria escola enquanto instituição de ensino.

Em 1920, poderia ler-se no código da Guarda Nacional Republicana (GNR) que, devido a frequentes atos de pilhagem era necessário garantir “severa vigilância” sobre os ROMA/ciganos. Se é verdade que durante o Estado Novo as pessoas ciganas não podiam permanecer mais de 48h acampadas no mesmo lugar, o 25 de Abril, embora tenha revogado os antigos códigos da GNR, parece não ter coincidido com o fim da perseguição histórica às comunidades ciganas, já que em 1985, o novo regu-

lamento da GNR, no seu art. 81º explicitava que era necessária especial vigilância, desta feita, sobre ‘os nómadas’, ou seja, um eufemismo para pessoas ciganas. Além destas, a formação de milícias populares, em Francelos, que pretendiam expulsar as pessoas ciganas, ou ordens de expulsão, em Faro, são testemunhos de como as instituições deslegitimaram a pertença das pessoas ciganas a um lugar. E, como tal, não podemos ignorar que ‘este modo de vida errante’ até recentemente atribuído a traços culturais ou à vontade individual das famílias e que, afinal, em muito resulta de uma gestão institucional da mobilidade ou sedentarização das pessoas ROMA/ciganas, deve ser tida em conta na hora de pensar este *afastamento* entre as populações ciganas e a escola.

A relação entre a escola e o mercado de trabalho é evidente. Neste sentido, deve pensar-se que o *afastamento* entre as populações ROMA/ciganas e escola pode dever-se ao facto de esta não ter sido, no passado, considerada suficientemente significativa. Por um lado, porque a educação familiar ROMA/cigana cedo orientava os jovens ROMA/ciganos para um conjunto de atividades profissionais que não exigiam formação académica específica ou especialização profissional escolar, tais como mercados e feiras, venda ambulante ou trabalhos agrícolas. No entanto, esta conceção alterou-se na última década – o que se revela no aumento de alunos e alunas ciganas nas escolas e ensino superior – devido à marginalização das feiras e mercados, a restrições à venda ambulante e à precarização do trabalho agrícola. Deste modo, se até recentemente o percurso escolar das pessoas ROMA/ciganas era minimalista, encarado como espaço de alfabetização necessária à vida quotidiana e para tirar a carta de condução, com o tempo e as

mudanças estruturais na economia, as pessoas ROMA/ciganas começaram a construir alternativas e respostas que contribuíram para alterar a sua organização socioeconómica. É importante sublinhar que o mercado de trabalho é um espaço extremamente racializado e, como tal, não garantindo a uma pessoa cigana emprego, mesmo que esta tenha formação. Esta é uma realidade evidente para muitas pessoas ciganas que sofrem discriminação na procura de emprego e na sua manutenção.

A relação entre as comunidades ROMA/ciganas e a escola é sistematicamente avaliada pondo a tónica no desinteresse das crianças e das famílias ciganas na escola. No entanto, raramente se questiona o papel desempenhado pela escola. Como podem sentir-se estimulados num sistema de ensino onde não estão representadas, onde não há professores ciganos, onde os manuais escolares silenciam a presença e história ROMA/cigana, em escolas pouco abertas à diversidade étnico-racial, onde muitas vezes não são bem-vindos? Se é verdade que o aparecimento do Rendimento Mínimo Garantido, nos anos 1990, fomentou a sedentarização precária de muitas famílias ROMA/ciganas, impulsionado/obrigando à entrada de muitas crianças ROMA/ciganas no sistema de ensino, é verdade também que muitas das escolas encaram esta presença como problemática – um sinal claro de falta de preparação das instituições e dos seus profissionais em lidar com a diversidade. A presença mais significativa de crianças e jovens ROMA/ciganos nas escolas explicita o racismo anti-cigano institucional e quotidiano através do: i) aparecimento e denúncia de turmas frequentadas quase exclusivamente por alunos e alunas ROMA/ciganas; ii) escolas guetizadas, que espelham a segregação territorial das populações ciganas mas

também devido a um processo que ficou denominado *white flight* (fuga branca), que corresponde à retirada de todas as crianças brancas de escolas maioritariamente frequentadas por ROMA/ciganos.

Não obstante, dados recentes do Ministério da Educação, confirmam a diminuição do insucesso e abandono escolares, mas muito continua por fazer. Para tal, tem sido fundamental o trabalho dos mediadores e facilitadores ROMA/ciganos, imprescindíveis na criação de pontes entre a escola e a comunidade, num contexto em que, historicamente, a escola representa um espaço de hegemonia, de branquitude, levantando receios de assimilação por parte das populações ROMA/ciganas.

Pistas de ação conjunta:

1. Melhoria das condições habitacionais das populações ciganas, garantindo o acesso a bens essenciais, como água, luz e, deste modo, assegurando condições mínimas que permitam frequentar a escola, realizar os trabalhos de casa, entre outros;
2. Abolição da segregação escolar, nomeadamente das escolas guetizadas, dos programas alternativos e das turmas segregadas;
3. Alteração e reformulação dos currículos e dos manuais escolares por forma a garantir a inclusão da história do racismo, do anti-racismo e das populações ROMA/cigana na Europa e em Portugal;
4. Implementação de políticas de ação afirmativa no campo da educação. Estes projetos devem ser obrigatoriamente pensados, facilitados e acompanhados por pessoas ROMA/ciganas;

5. Dinamização de formações contínuas com docentes e auxiliares educativos sobre racismo institucional, história e cultura ROMA/cigana;
6. Inclusão de formação sobre temas como ‘racismo institucional’ e ‘história e cultura ROMA/cigana’ na formação de docentes;
7. Homologação o estatuto de carreira do/a mediador/a intercultural;
8. Contratação e integração de pessoas ciganas no corpo docente e não-docente nos jardins de infância e nas escolas;
9. Implementação de projetos de mentoria em que alunos/as ROMA/ciganos/as em níveis superiores de ensino acompanhem alunos/as mais novos;
10. Dinamização de sessões ‘ROMA Models’ - ROMA/ciganos que mantêm a sua identidade cigana e que continuaram o seu percurso escolar e profissional.

FORMAÇÃO E EMPREGO

Até há pouco tempo, uma boa parte das famílias ciganas portuguesas tinha como atividade económica principal os mercados e feiras, a venda ambulante e o trabalho sazonal na agricultura (na Beira Baixa, Ribatejo ou Alentejo). No entanto, o surgimento de grandes superfícies comerciais, a deslocalização das feiras e mercados para espaços periféricos das cidades e vilas, a criminalização da venda ambulante e a agudização da precarização do trabalho agrícola, devido à exploração de mão-de-obra imigrante foram responsáveis por grandes alterações na sustentabilidade e rentabilidade destas atividades e,

consequentemente, na possibilidade de uma vida digna para os trabalhadores e trabalhadoras ciganas. Neste contexto, se os/as mais velhos/as, muitos com baixa literacia, não abdicam da flexibilidade e autonomia, mesmo que precária, que a venda lhes permite e continuam a fazer o que sempre fizeram, o que sabem fazer; os/as mais jovens/as, conscientes da dificuldade que existe no acesso ao mercado de trabalho – e atribuindo à escola, hoje, uma utilidade – têm prolongado o seu percurso educacional seja no ensino regular, seja, posteriormente, na frequência de cursos de formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Se é verdade que muitas vezes as empresas recusam empregar pessoas ROMA/ciganas, há que sublinhar também a cumplicidade dos institutos públicos e empresas de recrutamento privadas na perpetuação da discriminação racial. Muitas são as pessoas que fecham as suas contas nas redes sociais, sabendo que é prática atual dos recursos humanos das empresas consultar os seus perfis, tentando, desta forma, ocultar, se possível, a sua identidade. A clandestinidade étnica é, por isso mesmo, uma realidade para muitas pessoas que trabalham em cadeias de roupa ou em hipermercados como entregadores/as de compras *online*, peixaria, talhos, operadores/as de caixa ou repositores/as. Em casos em que as pessoas assumem a sua identidade ou são identificadas, podem iniciar-se processos de discriminação pelos/as seus/suas colegas, mas também pela entidade patronal. A sua performance laboral passa a ser escrutinada diariamente e a renovação do contrato é comprometida, preteridos/as por outros/as empregados/as não-ciganos/as.

A propósito da última grande crise económica no país, muitas foram as pessoas que procuraram alternativas à venda, tais como a recolha do ferro velho, compra e venda *online* (roupa, adereços e carros), vigilantes, motoristas de transportes individuais e remunerado de passageiros em veículos descharacterizados, operários/as fabris, serralheiros/as, assistentes operacionais, cantoneiros/as e jardineiros/as em câmaras municipais e juntas de freguesias ao abrigo dos Contratos Emprego Inserção+ e trabalhadores/as sociais (facilitadores/as, dinamizadores/as, mediadores/as). Outros e outras houve que migraram sobretudo para França e para o Reino Unido, para trabalhar na indústria. Certo é que, quotidianamente, quando se procura trabalho, a discriminação racial é comum, fomentando o sofrimento e a baixa autoestima no seio das comunidades ciganas e contribuindo para processos de auto-discriminação. Muitas vezes circunscritos à informalidade e precariedade laboral trabalham em setores que não garantem o acesso a quaisquer direitos na velhice.

Por último, existem também obstáculos na criação do próprio negócio e no acesso ao crédito. Muitas vezes em situações de pobreza, as pessoas ciganas acabam por deixar por pagar selos de imposto de circulação automóvel ou multas das scuts. Estas dívidas nas finanças impedem-nas, depois, de aceder ao crédito. Apesar de tudo, a discriminação racial é apontada como o principal fator de não-acesso ao mercado de trabalho, em Portugal, por parte das pessoas ROMA/ciganas.

Ideias de ação conjunta:

1. Criação de um grupo de trabalho temático independente, composto maioritariamente por pessoas ciganas, designa-

- das pelas associações para, em articulação com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, desenvolverem estratégias consequentes na área da formação e emprego;
2. Promoção de cursos de formação profissional que atendam aos interesses dos/as candidatos/as ROMA/ciganos e à realidade das ofertas de emprego locais. Criação de protocolos de estágio entre o IEFP, associações comerciais e industriais que consigam garantir a incorporação de estagiários/as ROMA/ciganos;
 3. Incentivos a empresas que recebam estagiários/as e trabalhadores/as ROMA/ciganos. Implementação de programas dirigidos à formação e emprego das comunidades ciganas que passem por incentivos fiscais simbólicos a empresas que promovam o emprego das pessoas ciganas
 4. Aumento das bolsas do IEFP, em articulação com o RSI (para o caso de pessoas que dele beneficiem) e com subsídios de alimentação e transporte;
 5. Implementação de um programa de formação para mediadores/as ROMA/ciganos e homologar a profissão;
 6. Criação de um Gabinete de Inserção Profissional Social Intercultural (GIPSI) que facilite e apoie a formação e emprego, priorizando uma maior aproximação aos serviços, bem como o acesso ao mercado laboral de pessoas ROMA/ciganas e migrantes;
 7. Apoio à construção do próprio negócio e promover o acesso ao crédito fomentando o empreendedorismo.
 8. Promoção dos Contratos Emprego Inserção e os Contratos Emprego Inserção+ através de um maior esforço das enti-

- dades públicas e ONG'S nas candidaturas a estas medidas, por forma a promover uma pluralidade de experiências de trabalho no seio das populações ROMA/ciganas;
9. Manutenção da centralidade das feiras e dos mercados nas cidades, descriminalização da venda ambulante e garantir direitos de trabalho na agricultura.

SAÚDE

Em 2009, um estudo realizado pela Rede Anti-Pobreza concluiu que as pessoas ROMA/ciganas vivem em média menos dezoito anos do que as pessoas não-ROMA/ciganas,¹⁵ assinalando um conjunto de fatores que concorrem para uma mais diminuta esperança média de vida destas populações. São estas a pobreza, a marginalização, a falta de condições de habitabilidade, assim como a falta de acesso a serviços sociais e de saúde. As doenças mais comuns nas comunidades ciganas são as doenças respiratórias (como a asma e a bronquite), a diabetes, o colesterol e a tensão alta. A saúde espelha um conjunto de outras carências, tais como o acesso a uma alimentação de qualidade.

A precariedade económica conduz, muitas vezes, à ausência de práticas preventivas que estão relacionadas que

15) Vicente, Maria José (2009), As comunidades ciganas e a saúde: um primeiro retrato nacional. Madrid: Fundación Secretariado Gitano e DN (2009), Ciganos portugueses têm mais doenças crónicas <https://www.dn.pt/portugal/ciganos-portugueses-tem-mais-doencas-cronicas-1397484.html?fbclid=IwAR1Fo-Nqd4HElVun9pZzxt5SamEiX19APm4k7f3U164bHB22jt6njtM-2Q>

demonstram o acesso precário à saúde. Denota a falta de acesso a consultas regulares, muitas vezes demoradas ou quase inexistentes na dependência do sistema nacional de saúde, tal como acontece com a saúde oral. Assim, perante a ausência de sintomas ou mal-estar não há uma prevenção da doença e, muitas vezes, recorre-se já tardiamente ao sistema de saúde. A isto está também associada uma dose de fatalismo, comum entre muitas pessoas, que se pauta pelo medo da descoberta de uma doença crónica ou mortal. E, por isso, quando chegam aos serviços, muitas destas pessoas chegam em situações de doenças já num estado prolongado que dificilmente apresenta possibilidade de terapia.

A consanguinidade, cada vez menos frequente, gerou, em tempos, crianças com deficiências auditivas, visuais, físicas ou intelectuais. A relação das comunidades ciganas com a deficiência é de proteção e zelo extremos. Toda a família nuclear e a comunidade envolvente cuida da pessoa com deficiência, fazendo-a sentir-se protegida, mas também inibindo a sua autonomia. No que toca à saúde mental, e tal como uma grande parte da população não-ROMA/cigana, as comunidades receiam sempre que os seus familiares possam ser associados ao estigma do 'doente psiquiátrico' e evitam procurar apoio psicológico. Não obstante, em casos em que as pessoas recorreram a estes serviços, a sua experiência foi negativa, o que inibiu a continuação da terapia. Se é verdade que os ROMA/ciganos recorrem mais às urgências que aos centros de saúde, também é evidente que as instituições e os profissionais de saúde não estão preparadas ou desejam lidar com as pessoas ROMA/ciganas, já que a solidariedade e o apoio a familiares na saúde, é visto, no caso das populações ROMA/ciganas,

como prejudicial ao normal funcionamento dos serviços. Neste sentido, a experiências das pessoas nos espaços de saúde, não é de acolhimento.

Pistas de ação:

1. Melhoria das condições de habitação das pessoas ROMA/ ciganas, considerando a grande influência que têm na saúde das pessoas;
2. Promoção ativa do acesso aos serviços de saúde;
3. Melhoria das condições económicas que permitam a promoção de melhores hábitos alimentares;
4. Colaboração e articulação intersectorial e multidisciplinar dos profissionais através de parcerias entre o Ministério da Saúde e associações ROMA/ ciganas e outras organizações com intervenção com as comunidades ciganas;
5. Formação e colocação de mediadores/as para a área da saúde em hospitais e centros de saúde;
6. Criação de grupos de trabalho e reflexão com profissionais de saúde e técnicos/as sociais com o objetivo de promover o pleno acesso das comunidades ROMA/ ciganas aos serviços de saúde e formar sobre história e cultura cigana, dirigida aos profissionais e agentes de saúde;
7. Identificação de profissionais de referência por forma a obter-se um acompanhamento mais próximo e uma relação de confiança. Em situações de maior intimidade, o profissional de saúde deve ser do mesmo género do utente no sentido de facilitar a comunicação e evitar constrangimentos;
8. Promoção de iniciativas na área da saúde mental. Pensar, em conjunto com coletivos ROMA/ ciganos, gabinetes de psicologia;

9. Envolvimento das associações, as instituições locais e a comunidade cigana em ações de sensibilização, informação e campanhas audiovisuais sobre saúde.

Há que lutar contra as situações de racismo, pobreza e exclusão de que são alvo as comunidades ciganas. É hora de se criarem políticas e estratégias adaptadas ao contexto em que se intervém, com a participação das pessoas ROMA/ciganas. As mudanças sociais só serão eficazes quando olharmos para esta situação não só como um *problema social*, mas encarando o verdadeiro problema: o racismo.

Há um provérbio cigano que diz: “Mesmo que montes o cavalo virado para a cauda, ele andar­á sempre para a frente!” – assumir o anticiganismo e combatê-lo é urgente. Caso contrário, comprometeremos as gerações vindouras, acumularemos derrotas e, sem dúvida, daremos mais passos para trás do que para a frente.